

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000729-94.2011.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Rubens Cavalheiro Netto**
 Requerido: **Juliana Paula Ludovice Botta e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 14 de março de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 99/11

VISTOS

RUBENS CAVALHEIRO NETTO ajuizou
 Ação **DE ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS** em face de **JULIANA PAUA LUDOVICE BOTTA**, todos devidamente qualificados.

Aduz o requerente, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico causado pela Requerida em 22/09/2009. Alega que as consequências do acidente foram “desastrosas”, pois além do dano causado em sua motocicleta, sofreu lesão corporal de natureza grave, ficando privado da pratica desportiva (futebol) e além de se submeter a sessões de fisioterapia.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pediu a condenação por danos materiais e a indenização pelo dano moral, ou seja, pelo sofrimento e dor interior que ainda recaem sobre ele. Juntou documentos às fls. 09/78.

Devidamente citada, a requerida JULIANA apresentou contestação alegando, preliminarmente a carência da ação e a ilegitimidade ativa. No mérito argumentou: 1) a culpa é exclusiva do Autor por conta do excesso de velocidade do motociclo conduzido; 2) não há que se falar em condenação ao pagamento de quaisquer danos, uma vez que inexistente por parte da Requerida a responsabilidade pela causação do evento; 3) não há nenhuma comprovação de que o Autor tenha descumprido o contrato de estágios extracurriculares e deixado de frequentar suas aulas da faculdade, pois utilizou as muletas apenas por certo tempo; 4) não há que se pleitear indenização de quem não lhe causou dano comprovadamente. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Pelo despacho de fls. 125 foi deferida a denunciação à lide ao UNIBANCO SEGUROS & PREVIDÊNCIA.

Devidamente citado, a empresa ITAU SEGUROS S.A, assumiu a denunciação e apresentou contestação alegando em síntese, que: 1) o autor estava em velocidade incompatível com a via, causando acidente, pois não foi constatado pela Polícia Militar nenhuma marca de frenagem na pista; 2) não há

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ato ilícito por parte da primeira requerida, pois essa não agiu com negligência, imprudência ou imperícia; 3) não pode o Autor ter despendido as quantias de fls. 55/60 e fls. 70/71 a título de pedágio e combustível, pois estava impossibilitado de dirigir. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 121/124, 189/192.

Os Embargos de Declaração apresentados às fls. 132/136 foram afastados pelo despacho de fls.137.

As partes foram instadas a produzir provas, pelo despacho de fls. 193. A Requerida Juliana indicou o depoimento pessoal do Autor e oitiva de testemunhas. O Autor solicitou a perícia técnica, a oitiva de testemunha e o depoimento pessoal da Ré Luciana. O denunciado ITAU demonstrou desinteresse na produção de provas.

As partes foram convocadas à tentativa de conciliação, que resultou infrutífera (fls.216/218).

Pelo despacho de fls. 219 foi determinada a realização de perícia médica. O laudo foi encartado às fls.248//251. Houve manifestação da correquerida às fls.254/264 e o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Autor se manifestou às fls. 266/267.

O laudo complementar foi encartado às fls.271/272. Na sequência, as partes se manifestaram.

Pelo despacho de fls. 283 foi declarada encerrada a instrução. A correquerida Juliana apresentou memoriais às fls. 287/290, o correquerido ITAU se manifestou às fls. 296/299 e o Autor às fls.212/294.

É o relatório.

DECIDO.

A inicial foi bem clara ao imputar à ré, enquanto proprietária e na oportunidade condutora do veículo FIAT/PALIO – placas CKY-4918 (cf. fls. 12 e 15), a culpa pelo sinistro, atribuindo-lhe, o desrespeito ao fluxo de trânsito preferencial da Av. Trabalhador Sancarlense, colhendo o ciclomotor YAMAHA XT 600, placa BTW 6932, pertencente e conduzido pelo autor.

A av. Trabalhador Sancarlense, por onde ia o ciclomotor do autor, tem realmente tráfego preferencial em relação à perpendicular, rua Dom Pedro II, para onde ia o veículo conduzido pela requerida.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Se a requerida pretendia cruzar a preferencial e assim seguir seu caminho (v. fls. 12), devia tê-lo feito em outro momento, quando o fluxo o permitisse.

Compareceu ela à delegacia para a lavratura do "BO" e confessou ter adentrado no outro logradouro depois de uma "parada obrigatória" (cf. fls. 10). Ou seja, colidiu efetivamente com o ciclomotor.

O que interessa para o desate da controvérsia é que a ré **transpôs a via de trânsito preferencial em momento totalmente impróprio** (e tanto isso é verdade que se deu o choque); com a atabalhoada manobra surpreendeu e interceptou a normal trajetória do ciclomotor, dando causa a colisão.

Destarte, a tese sustentada na defesa (de que a ré foi colhida parada) cai por terra.

Também não merece acolhida a tese por ela sustentada a fls. 88 (de "excesso de velocidade" do ciclomotor do autor).

Eventual excesso da velocidade – não provado, saliento – do ciclomotor, momentos antes do choque **não foi a causa determinante** do evento e, portanto, é circunstância irrelevante para o reconhecimento da culpa concorrente.

Nesse sentido a Lição de Sérgio Cavalieri


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Filho:

“os nossos melhores autores, a começar por Aguiar Dias, sustentam que, enquanto a teoria da equivalência das condições predomina na esfera penal, a da causalidade adequada é a prevalecente na órbita civil. Logo, em sede de responsabilidade civil, nem todas as condições que concorrerm para o resultado são equivalentes (como no caso da responsabilidade penal), mas somente aquela que foi a mais adequada a produzir concretamente o resultado. Além de se indagar se uma determinada condição concorreu concretamente para o evento, é ainda preciso apurar se, em abstrato, ela era adequada a produzir aquele efeito. Entre duas ou mais circunstâncias que concretamente concorreram para a produção do resultado, causa adequada será aquela que teve interferência decisiva” – Programa de Responsabilidade Civil, 7 ed., Editora Atlas.

No mesmo sentido:

Apelação	Cível	n.
0004365-45.2011.8.26.0024 – Apelante: BENEVIDES ANTONIO DOS SANTOS – Apelado: MARÍTIMA SEGUROS S/A – Comarca: ANDRADINA (2ª Vara Judicial) – Magistrado: Paulo Alexandre Rodrigues Coutinho – Voto n. 25264 – Ementa: CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – VEÍCULO QUE INICIA O CRUZAMENTO DE RODOVIA DE MODO A INTERCEPTAR A TRAJETÓRIA DO TRÂNSITO PREFERENCIAL – AUSÊNCIA DE PROVA EFETIVA DE QUE O EXCESSO DE VELOCIDADE PUDESSE SER CAUSA OU CONCAUSA		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DO ACIDENTE – TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA – RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A QUEM, IMPRUDENTEMENTE, DESRESPEITA A REGRA DE PREFERÊNCIA PREVISTA NA LEI DE TRÂNSITO. 1) Ausente prova idônea corroborando a versão de excesso como causa adequada do sinistro, prevale a culpa daquele que não observa as regras de preferência estabelecidas na lei de trânsito, no caso, o desrespeito à preferência dos veículos que trafegam em rodovia com velocidade regulamentar elevada. 2) Reucurso improvido

E ainda:

APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Ausência de cerceamento de defesa – Prova pericial desnecessária à luz dos demais elementos probatórios – Culpa do réu, que não observou as regras de trânsito ao não respeitar a parada obrigatória e a via preferencial em que transitava o autor – Eventual excesso de velocidade do autor não alteraria o resultado do julgamento, em atenção à teoria da causalidade adequada – Danos materiais bem demonstrados pelos orçamentos acostados aos autos – Negado provimento – Apelação Civil n. 000182-74.2008.8.26.0464 – Comarca de Pompéia – Apelante: Marcelo Ferreira de Oliveira – Apelado: Helio da Silva – Voto n. 7701

Configurada a responsabilidade da ré passo

0000729-94.2011.8.26.0566 - lauda 7



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a equacionar os pedidos deduzidos.

Os danos experimentados pelo ciclomotor do autor já foram ressarcidos pela seguradora, conforme aponta a própria inicial.

.....

O pleito de lucros cessantes, deve ser afastado uma vez que não há qualquer prova a respeito; o autor sequer esclareceu do que se trata a quantia, de R\$ 1.751,50.

O contrato de estágio juntado a fls. 16/21 previu pagamento de R\$ 465,00 para os três meses de trabalho (cf. cláusula III.6 e III.8), no entanto, não há nos autos prova da sua rescisão.

Já os documentos encartados as fls. 55/60, 61/64, 69/73 não indicam despesas dispendidas **por conta** do acidente.

A fls. 54 o autor encartou recibo referente ao montante desembolsado com 40 sessões de fisioterapia.

Referido documento foi expedido cinco meses após o sinistro e não contém qualquer referência a ele.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor poderia ter encartado uma declaração/relatório do profissional procurado mas nada providenciou.

Por fim, o autor deve ter reembolsado o que gastou com o aluguel de duas cadeiras de banho e duas muletas (fls. 56/57), além do dano moral.

Em que pese as sequelas do sinistro não terem resultado incapacitação laboral não se pode desconsiderar o sofrimento experimentado pelo autor no período da convalescência e ainda que seu membro inferior esquerdo, acabou ficando 0,3 cm mais curto que o direito, com claros prejuízos na deambulação e ao todo harmônico que representa o corpo humano.

Nesse sentido, já decidiu o TJSP:

Ementa: ACIDENTE DE TRANSITO - Boletim de Ocorrência que descreve o acidente - Presunção relativa de veracidade - Ônus da prova a cargo da parte que pretende contrariar a versão estampada no B.O. - Parte que não elaborou documento semelhante e sequer descreve a dinâmica do acidente em sua defesa - Culpa reconhecida - Obrigação de reembolso das despesas demonstradas nos autos - Lucros cessantes também reconhecidos - Lesão à integridade física demonstrada - Dano moral in re ipsa - A lesão à integridade física, a dor oriunda dos ferimentos, a submissão do lesado à cirurgias, tratamentos médicos dolorosos, internação hospitalar, repouso com imobilização, com perturbação da tranquilidade psíquica e das atividades usuais, caracteriza o dano moral indenizável - Recurso parcialmente provido (TJSP,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Apelação 992060609159, Rel. José Augusto Genofre Martins, DJ 14/12/2009 - **grifei**)

E ainda:

Ementa: Acidente de trânsito – Caracterização da culpa do réu – Dever do réu de indenizar pelos danos resultantes do acidente – Recursos limitados ao dano moral, sua extensão e encargos de sucumbência – **Dano moral “in re ipsa” pelo comprometimento da integridade física da vítima** – valor módico da indenização, que deve ser revisto – Majoração. No caso, para o valor de 100 salários mínimos. Ajustado às circunstâncias do caso – Indenização por dano moral atualizada desde o presente arbitramento – verbas indenizatórias acrescidas de juros moratórios desde o evento danoso – sucumbência em larga extensão do réu, que arcará com os encargos correspondentes. Denúnciação da Lide – dever de ressarcimento nos termos da apólice – Recurso do aturo provido em parte; recursos do réu e da litisdenunciada desprovidos.(TJSP, Apel. 992090526308, Rel. Edgard Rosa, DJ 03/03/2010 - grifei)

Aludida reparação, em casos como o examinado tem grosso modo, dupla finalidade: **admonitória**, para que a prática do ato abusivo não se repita e **compensatória**, trazendo à vítima algum conforto econômico pelos danos experimentados.

Nesse sentido Resp. 203.755/MS, DJ de 21/06/99 e Resp. 234.481/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Assim, parece-me justo que a ré o indenize com quantia equivalente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

II - DA LIDE PARALELA (estabelecida entre a denunciante **JULIANA PAUA LUDOVICE BOTTA** e a denunciada **ITAÚ SEGUROS S/A**).

Como já dito, a responsabilidade da postulada restou caracterizada.

A Seguradora veio aos autos para contestar os pedidos e salientar os limites e características do dever contratual frente à segurada (cf. fls. 147, parágrafo 4º) o que será observado no dispositivo desta decisão.

Realmente a apólice não previu o reembolso para condenação em danos morais; todavia, a Seguradora deverá participar no pagamento dos danos materiais especificados no item I desta até o limite segurado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Como a lide “principal” está sendo acolhida, e provado o vínculo da denunciada, impõe-se o reconhecimento da solidariedade, diante do que se está julgando; assim, não se vê empecilho a que o autor “Rubens” na fase de execução, volte-se diretamente apenas contra o requerido, a denunciada ou contra ambos, no que diz respeito aos danos materiais.

É o que se convencionou chamar de “Teoria da extensão ficta da relação jurídica material”, explicada na obra “Do Litisconsórcio na Denúnciação da LIDE”, in Processo e Constituição, coord. Fux, Nery Júnior e Teresa Wambier, Ed. RT, 2006, pág. 437/438.

A jurisprudência, aliás, vem se posicionando nesse sentido, por sinal de modo consentâneo com a realidade e as exigências do bem comum (art. 5º da LICC), cito a propósito, *mutatis mutantis*:

CIVIL E

PROCESSUAL. SINISTRO AUTOMOTOR. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE FEITA PELO RÉU. ACEITAÇÃO. CONTESTAÇÃO DO PEDIDO PRINCIPAL. CONDENAÇÃO DIRETA DA DENUNCIADA (SEGURADORA) E SOLIDÁRIA COM O RÉU. POSSIBILIDADE.

1. Se a seguradora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comparece a Juízo aceitando a denunciação da lide feita pelo réu e contestando o pedido principal, assume ela a condenação de litisconsorte passiva, formal e materialmente, podendo, em consequência, ser condenada, direta e solidariamente, com o réu. Precedentes do STJ.

2. Recurso especial de ACE SEGURADORA S/A não conhecido (Resp 699.680/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves).

Denunciação da lide - Execução por título judicial - Ação executiva do autor diretamente contra a seguradora-denunciada - Possibilidade - Ocorrência de sub-rogação do credor da ação principal nos direitos do devedor, vencedor da denunciação - Embargos de devedor rejeitados - Embargos infringentes rejeitados (1º TACivSP, EI 837,629-8/01-SP, 12ª Câ., rel. Juiz Paulo Eduardo Razuk, v.u.j. 16.05.2000 – grifos desse Julgador).

Concluindo: Como o “risco” dos danos materiais experimentados pelo terceiro está coberto (é certo com limites) é de rigor reconhecer o dever da seguradora **na exata medida do que foi contratado** (cf. fls. 88).

III - DISPOSITIVO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito inicial para condenar a requerida **JULIANA PAULA LUDOVICE BOTTA**, a pagar ao autor, **RUBENS CAVALHEIRO NETTO**, o seguinte:

1) a quantia R\$ 50,00 (cinquenta reais) a título de danos materiais, com correção a contar do efetivo desembolso e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

2) a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais, com correção a contar do ajuizamento mais juros legais a contar da citação.

Pela sucumbência, quase total a requerida suportará o pagamento das custas e despesas processuais da lide principal, o pagamento dos honorários advocatícios ao procurador do autor, fixados em 15% do valor total da condenação.

Em relação à lide secundária, **CONDENO** a seguradora **ITAÚ SEGUROS S/A** a pagar ao autor a importância especificada a título de danos materiais, limitada ao contrato de seguro (previsão da apólice).

Como a litisdenunciada não criou nenhuma


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

resistência contra a denunciação, ou seja, veio aos autos para aceitar a sua condição e se colocar como litisconsorte da ré denunciante, descabe a sua condenação em honorários pela denunciação da lide, em relação ao réu denunciante.

Nesse sentido, lição de Theotônio Negrão:

“No caso de procedência da ação principal e da denunciação, não havendo resistência da denunciada, descabe a sua condenação em honorários (Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 42ª edição, São Paulo, Saraiva, 2010, nota n. 5ª ao art. 76 do CPC, p. 196).

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze** (15) dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 05 de maio de 2014.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**